

Da impossibilidade de narrar

Luiz Ruffato

Sou do Brasil, um país do Terceiro Mundo, situado na periferia do capitalismo, uma nação ancorada na violência:

violência contra os índios, dizimados nos primeiros tempos do achamento;

violência contra os negros, escravizados e desterrados para sempre;

violência contra os miseráveis europeus e japoneses, que lá aportavam, um oceano a separá-los definitivamente de seus antepassados;

violência contra os nordestinos e mineiros, mão-de-obra barata acantonada em cortiços e favelas.

Venho de São Paulo, o sexto maior aglomerado urbano do planeta, com cerca de 20 milhões de habitantes. Uma metrópole onde

a segunda maior frota de helicópteros particulares do mundo sobrevoa ônibus, trens e metrô que desovam trabalhadores em estações superlotadas;

traficantes ricos instalados em suas mansões lêem nos jornais notícias sobre traficantes pobres perseguidos pela polícia corrupta e violenta;

políticos roubam a nível municipal, estadual e federal;

as vitrines dos restaurantes chiques refletem os esfomeados, os esfarrapados;

rios apodrecem em esgoto, lama, veneno;

favelas enlaçam prédios futuristas;

universidades de excelência alimentam a próxima elite política e econômica, enquanto na periferia escolas com professores mal remunerados, mal formados e mal protegidos geram os novos assalariados;

a mais avançada tecnologia médica da América Latina assiste, impassível, à fila dos condenados à morte: homens vítimas da violência, mulheres vítimas de complicações do parto, homens e mulheres vítimas da tuberculose, crianças vítimas da diarreia;

muros escondem a vida miúda que escorre lá fora.

E São Paulo é isso, canã adubado pelo suor indígena, negro, mestiço, imigrante - mais da metade de sua população carrega sobrenomes italianos, e descendentes de portugueses, espanhóis, árabes, judeus, armênios, lituanos, japoneses, chineses, coreanos,

bolivianos e de mais cinquenta outras nacionalidades espalham-se por avenidas, ruas e becos.

Como transpor o caos dessa cidade para as páginas de um livro?

Penso que o ficcionista deveria ser assim uma espécie de físico que ausculta a Natureza para tentar compreender o mecanismo de funcionamento do Universo. Cada passo na direção deste conhecimento resulta em mudanças significativas em sua concepção do mundo e, portanto, em uma imediata necessidade de elaborar novos instrumentos para continuar a busca.

O objeto de estudo do romancista é o Ser Humano mergulhado no Mundo. E, assim como a Natureza, o Ser Humano permanece indevassável - o que temos são descrições, umas mais, outras menos, felizes, da vida em determinados períodos históricos. Também como o físico, o ficcionista, na medida em que mudam as condições objetivas, sente necessidade de criar ferramentas de prospecção para aproximar-se da natureza humana, muitas vezes absorvendo avanços de outras áreas do conhecimento.

Nós, herdeiros e tributários do Século XX, vivenciamos na pele imensas mudanças: Einstein e Heisenberg desconstruíram nossa intuição de tempo e de espaço; Freud e Lacan desarrumaram a nossa autopercepção; Marx e Ford dinamitaram os fundamentos do antigo mundo do trabalho, afetando diretamente nosso dia a dia; o nazismo restituiu-nos à nossa barbárie; Baudelaire e Poe, via Benjamin, apresentaram-nos o Homem na multidão - e vieram Kafka, Proust, Pirandello, Joyce, Faulkner, Breton, o nouveau roman, o Oulipo... Agora, o Século XXI descortina-se às nossas incertezas: a teoria das supercordas, a neurociência, a robótica industrial, a internet, as megalópoles...

Ora, se os acontecimentos externos podem modificar nossa constituição de seres humanos (por exemplo, a crise do emprego formal que abala nossa segurança psicológica), então devemos admitir que somos obrigados a idear novas formas de compreendermo-nos imersos neste mundo repleto de múltiplas significâncias. Continuar pensando o romance como uma ação transcorrida dentro de um espaço e num determinado tempo, e que pretende ser o relato autêntico de experiências individuais verdadeiras, passa a ser, no mínimo, anacrônico.

Pois, vejamos. A desigualdade econômica, que contamina e necrosa o tecido social, imiscui-se na própria natureza humana. O tempo e o espaço, por exemplo, são absorvidos

de maneira diferente se lidamos com alguém que habita o conforto de uma mansão num bairro rico ou a pestilenta emanção dos esgotos de uma favela. Porque o tempo é elástico para uns, que dispõem de veículos que se deslocam rápido pelas ruas e avenidas, enquanto para outros o tempo é comprimido em vagões de trens entupidos de gente, ou semi-estático nos intermináveis engarrafamentos. E se o espaço de uns é infinito, pois destinos distantes como os Estados Unidos ou a Europa alcançam em algumas horas, para outros ele é apenas o lugar que o corpo ocupa.

Além disso, quando uma pessoa deixa seu torrão natal, e essa é sempre uma decisão tomada em último caso, quando já não resta absolutamente nenhuma outra opção, ela é obrigada a abandonar não apenas o idioma, os costumes, as paisagens, mas, mais que tudo, os ossos de seus entes queridos, ou seja, o signo que indica que ela pertence a um lugar, a uma família, que possui, enfim, um passado. Quando assentado em outro sítio, o imigrante tem que inventar-se a partir do nada, inaugurando-se dia a dia.

Como construir relatos de caráter biográfico se lidamos com personagens sem história?

Esses os dilemas que enfrentei quando me pus a refletir sobre como tornar a cidade de São Paulo um espaço ficcional, como trazer para as páginas de um livro toda a sua complexidade. Lembrei-me então de uma instalação de artes plásticas, exposta na Bienal Internacional de Artes de São Paulo de 1996 (“Ritos de Passagem”, de Roberto Evangelista): centenas de calçados usados, masculinos e femininos, de adultos e de crianças, tênis e sapatos, chinelos-de-dedo e pantufas, botas e sandálias, sapatinhos de crochê e coturnos, coaticamente amontoados a um canto... Cada um deles trazia impressa a história dos pés que os usaram, impregnados pela sujidade dos caminhos percorridos.

A partir desta iluminação, percebi que ao invés de tentar organizar o caos - que mais ou menos o romance tradicional objetiva - tinha que simplesmente incorporá-lo ao procedimento ficcional: deixar meu corpo exposto aos cheiros, às vozes, às cores, aos gostos, aos esbarrões da megalópole, transformar as sensações coletivas em memória individual.

Flanar por ponto de ônibus e velórios, locais onde houve chacinas e supermercados, templos evangélicos e conjuntos habitacionais populares, favelas e prisões, hospitais e

bares, estádios de futebol e academias de boxe, mansões e hotéis, fábricas e lojas, shopping centers e escolas, restaurantes e motéis, botequins e trens...

Recolher do lixo livros e eletrodomésticos, brinquedos e cardápios, santinhos e calendários, jornais velhos e velhas fotografias, anúncios de simpatias e de resolução de problemas financeiros...

Compreender que o tempo em São Paulo não é paulatino e seqüencial, mas sucessivo e simultâneo.

Assumir a fragmentação como técnica (as histórias compondo a História) e a precariedade como sintoma - a precária arquitetura do romance, a precária arquitetura do espaço urbano.

A violência da invisibilidade, a violência do não-pertencimento, a violência de quem tem que construir uma subjetividade num mundo que nos quer homogeneamente anônimos.

A impossibilidade de narrar: cadernos escolares, emissões radiofônicas, diálogos entreouvidos, crônica policial, contos, poemas, notícias de jornais, classificados, descrições insípidas, recursos da alta tecnologia (mensagens no celular, páginas de relacionamento na internet), discursos religiosos, colagens, cartas... Tudo: cinema, televisão, literatura, artes plásticas, música, teatro... Uma “instalação literária”...

E a linguagem acompanha essa turbulência – não a composição, mas a decomposição.

A cidade - cicatrizes que mapeiam meu corpo.